

AVALIAÇÃO DA ACUIDADE VISUAL – PROJETO OLHO NO FUTURO

LINCK, Isaura Luiza Donati¹; FREIBERGER, Caroline¹; SANTOS, Dioser Maron dos¹;
BARCAROL, Leandro Nicola¹; BECK, Grazielle Quatrin¹; DUTRA, Carlos Alexandre¹;
JUNQUEIRA, Caroline¹; CONSTANTIN, Fernanda Borges¹; SCHERER, Samanta¹;
DIAS DA COSTA, Lia da P.²; BAIOTTO, Cléia Rosani²

Palavras-chave: Dificuldade visual. Qualidade de vida. Aprendizagem.

Introdução

Muitos fatores interferem na qualidade de vida e na aprendizagem de crianças em idade escolar e os problemas de visão são um deles. Além disso, estudos apontam que a detecção da baixa acuidade visual e a prevenção de problemas oftalmológicos apresentam custos incomparavelmente menores do que aqueles em função do atendimento a portadores de distúrbios oculares.

Dados do Ministério da Educação (ALVES; KARA-JOSÉ, 1998) indicam que o número de alunos na primeira série do ensino público fundamental é de quase seis milhões. Entretanto, somente parte inexpressiva dessa população se submete a algum tipo de avaliação oftalmológica antes de ingressar na escola.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 7,5 milhões de crianças em idade escolar sejam portadoras de algum tipo de deficiência visual e apenas 25% delas apresentem sintomas; os outros três quartos necessitariam de teste específico para identificar o problema. A maior parte desses casos é encontrado em países em desenvolvimento (FECHINI *et al.*, 2000).

Números publicados pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) mostram que no Brasil aproximadamente 20% dos escolares apresentam alguma alteração oftalmológica. Segundo o CBO, 10% dos alunos primários necessitam de correção por serem portadores de erros de refração: hipermetropia, miopia e astigmatismo; destes, aproximadamente 5% têm redução grave de acuidade visual (GRANZOTO *et al.*, 2003).

A capacidade visual desenvolvida nos primeiros anos de vida pode apresentar alterações reversíveis, geralmente durante os primeiros anos escolares. O reconhecimento da baixa visão na infância é da maior importância, pois na maior parte das vezes ela pode ser corrigida com terapêutica adequada. A redução da capacidade visual implica no detrimento da qualidade de vida decorrente de restrições ocupacionais, econômicas, sociais e psicológicas. Para a sociedade, representa encargo oneroso e perda de força de trabalho (TEMPORINI; KARA-JOSÉ, 1995).

¹ Acadêmicos - Cursos de Farmácia, Enfermagem e Medicina Veterinária – UNICRUZ

² Professoras UNICRUZ - cleia@comnet.com.br

Fonte financiadora – PIBEX/UNICRUZ

A implementação dos programas de detecção de baixa acuidade visual e de prevenção de problemas oftalmológicos em países desenvolvidos demonstra que os custos dessas ações são incomparavelmente menores do que aqueles representados pelo atendimento a portadores de distúrbios oculares (KARÁ-JOSÉ; TEMPORINI, 1980).

Considerando a importância da visão na educação e socialização da criança, as ações de promoção da saúde e de educação em saúde assumem importância decisiva (FECHINI *et al.*, 2000). A prevenção e a detecção precoce de deficiências oculares são os melhores recursos para combate à visão subnormal e devem ser feitas, preferencialmente, na infância (OLIVEIRA *et al.* 2009).

Nesse sentido, o projeto de extensão “Acuidade visual: De olho no futuro”, financiado pelo Programa de Institucional de Bolsas da Extensão da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ propõe-se a contribuir para a melhora da qualidade de vida, tanto no âmbito escolar como pessoal, de crianças com dificuldade visual que estão matriculadas nas 23 (vinte e três) escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Cruz Alta, visando atender, ao final do projeto, um total de 4.000 alunos.

Material e Métodos

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, quantitativo que pretende avaliar todas as crianças matriculadas nas 23 (vinte e três) Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Cruz Alta, num total de 4.000 alunos.

O contato com as escolas é realizado pelos acadêmicos e professores responsáveis pelo projeto e o contato com os alunos pela direção e supervisão, que encaminha aos pais o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Constituem a amostra todas as crianças que estão presentes na escola no dia da avaliação e que apresentam o termo do consentimento livre e esclarecido (TCLE) assinado pelo pai ou responsável. O projeto foi previamente encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado sob o número 0042.0.417.000-10.

Acadêmicos dos cursos pertencentes ao Centro de Ciências da Saúde foram selecionados para trabalhar como voluntários no projeto e passaram por uma capacitação com profissionais Optometristas para proceder a avaliação da acuidade visual nos escolares.

Um questionário padronizado, previamente validado, com identificação da escola, do escolar, do entrevistador identifica as seguintes variáveis: características pessoais dos escolares: sexo e idade (em anos); percepção do aluno quanto à própria visão; uso de óculos ou lentes de contato e sintomas como fadiga visual, cefaléia, dor na região dos supercílios, testa franzida,

tonturas, enjôos, olhos vermelhos frequentemente, lacrimejamento, piscar contínuo dos olhos e inclinação da cabeça para visualizar o quadro.

Após a realização do questionário, o teste de acuidade visual – Escala de Snellen – é aplicado pelos acadêmicos que registram o valor equivalente à última linha lida sem dificuldade, ou seja, a melhor acuidade visual (AV) obtida em cada olho. As crianças portadoras de óculos são testadas com e sem correção.

Para ser encaminhado ao optometrista, são considerados os seguintes critérios: alunos com AV igual ou menor do que 0,7 (20/30) em pelo menos um dos olhos, com ou sem sinais e sintomas (OMS); alunos com diferença de visão entre os olhos, de duas ou mais linhas da escala optométrica de Snellen (ex. OD=0,5 e OE=0,3 ou OD=0,9 e OE=0,7); alunos portadores de estrabismo; alunos que, apesar de visão normal em cada olho, apresentaram alguma das características citadas no questionário.

Os resultados são avaliados e os alunos identificados com alterações na acuidade visual são encaminhados à consulta especializada. Caso haja necessidade de correção por meio de óculos, através da parceria firmada com o Rotary Club de Cruz Alta, eles são aviados e, depois de confeccionados, a equipe do projeto retorna à escola para realizar a entrega dos mesmos, bem como presta esclarecimentos sobre o uso dos óculos e os cuidados que devem ser tomados com eles para sua conservação.

Resultados e Discussões

Dentre as Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Cruz Alta/RS, nove já passaram pela triagem realizada pelos bolsistas, são elas: Carlos Gomes, Turíbio Veríssimo, Gabriel Annes, Tissiano Cameroti, Henrique Hostin, Frederico Baiochi, Escola de Educação Especial Professor Pardal, Carlos Cine e Castelo Branco.

Dessas, três concluíram todas as etapas do projeto, na quais participaram da triagem inicial 484 alunos. Sendo que destes, cerca de 20% foram encaminhados ao optometrista, dos quais 61 alunos apresentaram necessidade de correção e receberam os óculos. Em oito alunos foram detectadas a necessidade de atendimento médico-oftalmológico, que foram encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde.

Apenas um aluno teve indicação da necessidade do uso de óculos, porém disse que não queria usar, tal situação foi informada à direção da escola e aos pais do aluno por escrito. Além disso, é necessário destacar que é possível encontrar alunos já na 6ª série do ensino fundamental que

nunca tinham identificado o problema de acuidade visual. No entanto, dentre as etapas do projeto, a entrega dos óculos é um momento, talvez, mais marcante, já que se verifica a consolidação da ação.

Outro ponto importante a ser ressaltado entre as escolas que participam do projeto foi o envolvimento efetivo e permanente dos acadêmicos com os professores e alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental para Educação Especial Professor Pardal. A dificuldade de decodificação das siglas utilizadas no teste devido as necessidades especiais das crianças foi maior do que a dificuldade ocular, levando o grupo a buscar formas alternativas de avaliação.

A atividade segue até o final do ano letivo e possibilitará o acompanhamento dos alunos atendidos no programa com relação a mudanças no processo de ensino-aprendizagem.

Conclusão

Os resultados obtidos até o momento já permitem identificar a relevância do projeto no sentido de identificar a dificuldade visual e poder dar um retorno a este aluno, possibilitando através dos convênios realizados a correção e/ou redução do seu problema visual e desta forma favorecer a aprendizagem.

Assim, a execução deste projeto tem mostrado que, muitas vezes, ser feliz, ter um bom desempenho escolar e pessoal não é uma questão de escolha, mas de oportunidade, tendo em vista a melhora na qualidade de vida e no aprendizado dos atendidos por essa ação de extensão.

Referências

ALVES, MR; KARA-JOSÉ, N. Campanha “Veja Bem Brasil”. Manual de Orientação. **Conselho Brasileiro de Oftalmologia**, 1998.

FECHINI, ADL et al **Prevenção e detecção de distúrbios oftalmológicos em escolares**. Ped Atual 13(4):21-5, 2000.

GRANZOTO, José Aparecido et al. **Avaliação da acuidade visual em escolares da 1ª série do ensino fundamental**. *Arq. Bras. Oftalmol.* vol.66, n.2, 2003.

TEMPORINI, Edméa Rita. **Ação preventiva em problemas visuais de escolares**. *Rev. Saúde Pública*. vol.18, n.3, 1984.

KARÁ-JOSÉ, Newton; TEMPORINI, Edméa Rita. **Avaliação dos critérios de triagem visual de escolares de primeira série do primeiro grau**. *Rev. Saúde Pública*. vol.14, n.2, 1980.

OLIVEIRA, Claudia Akemi Shiratori de et al. **Erros de refração como causas de baixa visual em crianças da rede de escolas públicas da regional de Botucatu - SP**. *Arq. Bras. Oftalmol.* vol.72, n.2, 2009.